

O dever de memória e o dever de justiça: a dor, a revolta e as cicatrizes da colonização portuguesa na obra Cadernos de memórias coloniais, de Isabela Figueiredo

Tiago Goulart Collares¹

O dever de memória e o dever de justiça

Para representar o passado e explicá-lo de maneira tão completa quanto nosso conhecimento o permitisse teríamos de fazer mais intersecções e sequências do que seria possível na forma tradicional da narrativa. As reflexões de David Perkins, inseridas no ensaio *História da Literatura e Narração*, nos permitem uma compreensão mais abrangente de *Cadernos de memórias coloniais*, segundo romance da escritora Isabela Figueiredo, que será analisado neste artigo.

O reconhecimento das lacunas da história e, especialmente, da subjetividade do texto narrativo atestado pelo teórico norte-americano autorizam a autora, logo nas primeiras páginas do livro, a estabelecer alguns pactos com os seus leitores e leitoras: “Pode esperar-se que os fatos relatados correspondam ao que foi testemunhado, vivido e sentido, não que sejam um relato literal isento de trabalho literário” (FIGUEIREDO, 2018, p. 10), pontua.

Paul Ricoeur, em *A memória, a história e o esquecimento*, registra que é necessário cuidado para que a memória não provoque um “curto-circuito” no trabalho da história. Segundo ele, quando você diz que se lembrará de algo significa, concomitantemente, que você não se esquecerá deste fato.

Na nota introdutória de *Cadernos de memórias coloniais*, intitulada “palavras prévias” Isabela Figueiredo justifica os motivos que a fizeram trazer à luz os acontecimentos do seu passado individual e que, através do discurso memorialista, reverberou coletivamente, com maior ou menor intensidade, mais ou menos dor, nos colonizadores e nos colonizados de outrora: “De um momento para o outro, desconhecidos passaram a abordar-me comovidamente, numa quase psicanálise coletiva. ‘Eu vivi isto’; ‘Eu fiz aquilo’; ‘Eu sei perfeitamente o que sentiu quando...’” (FIGUEIREDO, 2018, p. 10).

Se o dever de memória é o dever de fazer justiça (RICOEUR, 2007), *Cadernos de memórias coloniais* consolida-se como uma das obras fundamentais para se pensar a sociedade portuguesa e africana, no contexto da pós-colonialidade. Para Pollak, “É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista CAPES (Demanda Social).

podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, 201). Por meio de uma narrativa memorialística e autobiográfica, a escritora reorganiza os pontos de vista arraigados, salientados por Pollak, e reformula a história da colonização portuguesa em Moçambique, sobretudo, a partir de lembranças relacionadas ao pai.

Para a autora, escrever sobre assuntos delicados, que ninguém era capaz de lhe explicar, salientados neste recorte inicial do livro, trata-se, acima de tudo, de um exercício de autoconhecimento. É sutilmente individual e explicitamente coletivo. Um relato dolorido, por vezes, cruel, que exprime nas atitudes e no comportamento do próprio pai as relações de opressão do colonizador branco europeu sobre o negro africano escravizado.

Isabela Figueiredo (2018) conclui que a história enfrenta um grande empecilho, que cabe aos investigadores ultrapassarem: o silêncio sobre o que muito se calou ou escondeu. “O que não honra” (FIGUEIREDO, 2018, p. 8). No caso do colonialismo português, a apresentação de outros olhares, novos pontos de vista motivados pela literatura contribuem para a reflexão sobre o dado período histórico. Paul Ricoeur corrobora com essa discussão ao propor o conceito de dívida. Segundo ele, a ideia de dívida é inseparável da de herança. “Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” (RICOEUR, 2007, p. 101), argumenta.

Neste contexto, as guerras mundiais, o holocausto, as crises climáticas, as ditaduras, a escravidão e o genocídio praticado por países europeus no continente africano e da América do Sul podem ser entendidos como dívidas, segundo os postulados de Ricoeur. E, rememoradas coletivamente, demandam reparação histórica. *A Comissão Nacional da Verdade*, colegiado instituído pelo governo brasileiro, em novembro de 2011, com o objetivo de apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1946 a 1988 no país, por exemplo, foi constituída nas mesmas premissas que justificam o texto de Isabela Figueiredo e a tese do filósofo francês. Para que não se esqueça e nunca mais aconteça, portanto, Ricoeur pontua que não se pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido, um exercício cumprido com rigor pela autora de *Caderno de memórias coloniais*.

Memórias compartilhadas e coletivas

Paulina Chiziane e José Gil são responsáveis por preambular os *Cadernos de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo. Uma escolha notável e cheia de significados, pois representam o lugar de fala de vozes africanas a respeito do período histórico ao qual está

inserida a obra. Figueiredo compartilha com os seus conterrâneos, haja vista que também nasceu em Moçambique, as memórias, as histórias e a oportunidade do contraditório ao discurso colonialista que perdurou no país por muitas décadas e que, mesmo com a conquista da independência, arraigou-se na cultura local.

Ao externar os seus pontos de vista sobre o período colonial em Moçambique, Chiziane amplia o horizonte de expectativas do romance escrito por Isabela Figueiredo. Antecipa outros temas inerentes à narrativa e também atrelados ao colonialismo, como a questão de gênero e o racismo. Salienta uma análise histórica a partir do sexo – um lugar, segundo ela, proibido para as mulheres – e absolve a autora-narradora-personagem do sentimento de culpa em relação ao seu pai, que conforme destacamos anteriormente, espelha as relações de opressão e violência impostas pelo colonialismo português: “Não é ao pai a quem ela dirige a crítica, mas a todo um sistema personificado na figura de um homem (FIGUEIREDO, 2018, p. 17)”.

Chiziane classifica o texto de Isabela como “um apelo para à construção de um mundo mais justo entre todas as raças” (FIGUEIREDO, 2015, p. 18) e coloca-se na condição de mais uma na luta por uma sociedade igualitária e livre de preconceitos. “Tu, branca, filha de um colono racista e eu, negra, filha de um colonizado, também racista. Refletindo-nos uma na outra num espelho de preconceitos” (FIGUEIREDO, 2015, p. 13), argumenta.

Poucas são as obras literárias que tratam dessas questões com tanta profundidade, complementa Chiziane. Neste contexto, diz que, se pudesse, “daria a patente de general, de marechal, sei lá, ou um desses ferrinhos ou medalhas que os homens distribuem entre si” (FIGUEIREDO, 2015, p. 13) à autora de *Cadernos de memórias coloniais*. Carregado de ironia, o discurso de Chiziane alude ao que Ricoeur chamou de “obsessão comemorativa”. Critica o sistema patriarcal e instiga a reflexão sobre o apagamento da história das mulheres.

Gayatri Spivak, no ensaio *Pode o subalterno falar?*, argumenta sobre a condição das mulheres no âmbito do colonialismo. Segundo ela, “Se no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67).

O filósofo moçambicano José Gil complementa as considerações sobre a obra ao retomar a questão colonial. “Estas memórias são mais do que lembranças, são a própria vida, ontem-agora, a nossa vida de filhos de colonos (ou não) de Moçambique” (FIGUEIREDO, 2018, p. 24).

Memória, herança e epifanias

Recorremos, mais uma vez, ao filósofo Paul Ricoeur para uma melhor compreensão dos desdobramentos do período colonial português em Moçambique, espaço do romance da escritora Isabela Figueiredo. Para Ricoeur, as narrativas de fundação, as narrativas de glória e de humilhação, como as narrativas hegemônicas colonialistas, alimentam o discurso de lisonja e de medo:

O que celebramos com o nome dos acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de Direito precário, legitimado, no limite, por sua própria antiguidade, por sua própria vestutez (RICOEUR, 2007, p. 95).

Segundo ele, um mesmo acontecimento pode significar a glória para uns e a humilhação para outros. Desta forma, o discurso hegemônico atribui papéis para os vencedores e para os vencidos, para os senhores e para os escravos, para os opressores e para os oprimidos. No campo teórico, Walter Benjamin complementa as discussões em torno destas dicotomias nas suas *Teses sobre o conceito de história*. De acordo com o pensador alemão, nunca houve um monumento à cultura que não fosse também um monumento à barbárie. “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1994, p.225).

Uma menina branca sorri para a câmera abraçada ao seu cachorro. A foto, intrinsecamente ligada à noção de memória, ilustra a capa de *Cadernos de memórias coloniais* e soma-se a outras imagens da infância e do início da adolescência de Isabela Figueiredo em Moçambique. O registro, em texto, das atrocidades do período colonial português choca-se com um mosaico de imagens da própria narradora, compartilhados entre um capítulo e outro da obra. Um álbum de família, que ilustra uma vida aparentemente tranquila e feliz.

Conforme aponta Ricoeur (2007), a celebração de um lado corresponde à execração de outro e é desta forma que são configuradas as feridas simbólicas na memória coletiva. Na obra *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir argumenta que “o mais medíocre dos homens julga-se um semideus diante das mulheres” (BEAUVOIR, 1970, p. 19). Embora ressalte a condição desigual entre homens e mulheres, a afirmação da autora francesa permite-nos ampliar o nosso panorama de análise e refletir sobre outro tipo de desigualdade, entre pessoas brancas e pessoas negras. Desigualdade, esta, também salientada no romance de Isabela Figueiredo e que, resquício do período colonial, ainda perdura como um dos grandes problemas sociais do mundo moderno.

A autora-narradora-personagem conta que o pai exercia a profissão de eletricitista e que, apesar de não ser detentor de grandes fortunas, tinha muitos negros sobre o seu comando.

“Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo” (FIGUEIREDO, 2018, p. 44).

A condição do negro registrada em *Cadernos de memórias coloniais*, mesmo após a publicação das leis, da assinatura dos tratados e de todos os avanços conquistados no que tange a abolição da escravatura, afinal nos referimos a um recorte temporal que remonta um período entre os anos 1960 e 1970, evoca situações análogas à escravidão. “Trabalhando, poderiam ganhar dinheiro, e com o dinheiro poderiam prosperar, desde que prosperassem como negros. Poderiam calçar sapatos e mandar os filhos à escola para aprender ofícios que fossem úteis aos brancos” (FIGUEIREDO, 2018, p. 75).

Uma nova configuração das relações de poder e exploração é constituída nas bases do colonialismo português, com espaços, limites e posições sociais bem demarcadas. “O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e o branco mandava no preto” (FIGUEIREDO, 2018, p. 43). Isabela não hesita em afirmar que seu pai nunca quis empregados brancos e que, aos pretos, “nós deixávamo-lhes gorjeta se tivessem mostrado os dentes, sido rápidos no serviço e chamado patrão. Digo nós, porque eu estava lá” (FIGUEIREDO, 2018, p. 42). Coloca-se à sombra do pai, assumindo suas culpas e de toda a perversidade do processo colonial imposto em Moçambique. A herança paterna reitera a noção de dívida proposta por Ricoeur.

Herança, essa, marcada por memórias do racismo, da exclusão e da violência, como a do dia em que o pai a levou para o caniço, um assentamento informal localizado na zona periférica de Lourenço Marques, para buscar um dos seus empregados que não compareceu ao trabalho. “O meu pai perguntava, e eu ia atrás, voando sobre o solo vermelho, espreitando pelos recortes de muro de caniço atrás do qual se escondia a vida dos negros, essa vida dos que eram da minha terra, mas que não podiam ser como eu” (FIGUEIREDO, 2018, p. 76). Do lado de fora da casa do empregado Isabela, ainda criança, observa os gritos e os açoites do pai:

Segunda, vais trabalhar, ouviste? Segunda, estás nas bombas às sete. Vais trabalhar para a tua mulher e para os teus filhos, cabrão preguiçoso. Queres fazer o quê da vida? Safanão. Soco. E a mulher e os filhos e o bairro todo, e eu, estávamos ali, imóveis, paralisados de medo do branco. (FIGUEIREDO, 2018, p. 76).

O branco era o seu pai, o próprio pai, que após o ocorrido a convida para beber uma Coca-Cola. A ação resulta na sua primeira epifania: “Eram pretos. Era esse o crime. Ser

preto” (FIGUEIREDO, 2018, p. 76). A segunda epifania da autora-narradora-personagem² também ocorre na infância, em uma viagem de carro com o pai para Lourenço Marques. Uma tangerina aberta, com uma flor, dentro do seu cérebro. A metáfora escolhida por Isabela explica o momento em que as dezenas de *outdoors*, que configuram o cenário da estrada, começam a fazer sentido na sua vida.

Os anúncios deixam de ser apenas imagens, cores e desenhos atrativos, retratos de famílias perfeitas e felizes, tal qual preconiza o discurso publicitário. Sei ler, anuncia ao pai. *Singer, a sua máquina de costura; Beba Coca-Cola; Pilhas Tudor; Com Lux cabe sempre mais um; Cerveja 2M, tudo que a gente quer; Cigarros LM long size, a vida moderna para o homem moderno*. A leitura amplia a compreensão de mundo da menina, agora inserida em definitivo na lógica capitalista e globalizada. Avulta, mais do que isso, novos sentimentos da autora-narradora-personagem em relação à figura paterna:

Devagar, comecei a tornar-me a pior inimiga do meu pai. A inimiga lá dentro, calada. Que vê e escuta sem ter pedido autorização, porque está incluída, porque faz parte. Foi quando comecei a tornar-me a toupeira. Só muitos anos mais tarde, compreendi que saber ler, o acesso a essa chave para descodificação do segredo, me transformara, contra todas as vontades, na toupeira que lhes havia de roer todas as raízes, devagar, uma de cada vez, até restar o pó (FIGUEIREDO, 2018, p. 83-84).

Na vida adulta, ocorre a terceira epifania. Conforme antecipa, nas suas “palavras prévias”, a autora-narradora-personagem absolve o pai na condição de indivíduo “um homem de um tempo, no seu contexto, tão racista como os que eram racistas, e eram muitos, na metrópole e no ultramar. E como o são, ainda hoje, aqui” (FIGUEIREDO, 2018, p. 11), mas reconhece sua participação no processo histórico coletivo que resultou na colonização e seus desdobramentos.

As epifanias promovem a tomada de consciência de Isabela e, no seu conjunto, completam as peças de um complexo quebra-cabeças que revelam um desenho ainda abstrato, o que Pierre Bourdier classifica como violência simbólica:

Invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2002, p. 7-8).

A subserviência torna-se um pré-requisito para a sobrevivência dos colonizados.

² Termo utilizado pela Profª. Dra. Madalena Vaz Pinto no artigo *Cadernos de memórias coloniais: corpo, linguagem e acabamento*, publicado na revista *Convergência Lusitana* v.33 n.47. Optaremos pela mesma nomenclatura ao longo deste artigo, pois julgamos ser a mais adequada para a classificação ao qual se destina.

Cumpridas as exigências e as vontades dos colonizadores europeus, ocorrem as concessões, ilustrativas para a compreensão do conceito de Bourdier, como a destacada no excerto a seguir:

De um preto dedicado, fiel, que tirasse o boné, dobrasse a espinha à nossa passagem, a quem se pudesse confiar a casa, as crianças, e deixar sozinho com os nossos haveres, dizia-se que era um bom mainato. Arranjava-se-lhe farda de caqui, chinelos, dava-se-lhe da nossa comida, comia na mesa do quintal ou na da cozinha, e quando a roupa do patrão ficava coçada, oferecíamos-lha como grande esmola (FIGUEIREDO, 2018, p. 45).

Tem-se, em *Cadernos de memórias coloniais*, uma autora-narradora-personagem nascida em Moçambique, africana, mas filha de um colono português. De pele branca, que marca a sua diferença, os seus privilégios e a sua posição hierárquica em relação a maioria das pessoas oriundas do seu país. O argumento seguinte representa o discurso dominante, do colonizador, ressaltado pela figura do pai:

Um branco e um preto não eram apenas raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente, para a aguardente de cana do dia de hoje; nós, para poder pagar a melhor urna, a melhor cerimônia no dia do nosso funeral (FIGUEIREDO, 2018, p. 59).

Essas questões estimulam, na autora-narradora-personagem, uma reanálise dos preconceitos do seu pai - incorporados nas suas memórias. Aguçam nela, ainda, reflexões de caráter identitário. Considerou-se, pelo menos no início de sua vida, “uma colonazinha preta, filha de brancos” (FIGUEIREDO, 2018, p.59), conforme relatam as suas memórias. Neste contexto, situa-se naquilo que Homi Bhabha classifica como o entre-lugar:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva -, que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 2001, p. 20).

Os termos “menina branca-negra”, “colonazinha negra” e “negrinha loira” utilizados por Isabela para rememorar passagens da sua infância em Moçambique reiteram os conflitos identitários que moldaram a sua formação. Comercializar mangas escondida da mãe, em capulanas estendidas no chão, como as moçambicanas “em fila, no bazar de Lourenço

Marques” (FIGUEIREDO, 2018, p. 59), muito além de um ato de desobediência, inseria a autora-narradora-personagem na cultura de um país, tão próximo e tão distante, ao mesmo tempo, da sua realidade. Configura-se, portanto, nem em uma cultura e nem em outra, mas no entre-lugar de cada uma delas.

Na obra *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon destaca que “todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido o sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 35). Esse tipo de relação, inerente ao colonialismo, ao qual há uma tentativa de apagamento da cultura originária, também é observada no romance de Isabela Figueiredo. Em uma das passagens de *Cadernos de memórias coloniais*, a imposição da cultura dominante ocorre através da língua:

Maputo era nome de preto. Um preto, uma zona selvagem, um rio podiam chamar-se Maputo, Incomati, Limpopo, Zambeze. Uma vila de pretos podia chamar-se Marracuene, Inhaca, infulene, Xipamanine. Uma cidade de brancos, não. Tinha de ser Lourenço Marques, Beira, Vila Luísa, Mocímboa da Praia (FIGUEIREDO, 2018, p. 87).

Em outro texto conhecido de Fanon, *Em defesa da revolução africana*, o pensador complementa o argumento destacado anteriormente ao ressaltar o desprezo europeu para as culturas e tradições dos povos autóctones: “Por um lado, há uma cultura na qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidade, coisas, nunca uma estrutura” (FANON, 1980, p. 39).

O sexo e as mulheres

Retomemos o destaque de Paulina Chiziane, na abertura de *Cadernos de memórias coloniais*, para apresentar as considerações finais deste texto. Segundo ela, a história é desenvolvida a partir de um lugar proibido para as mulheres: o sexo. Na narrativa de Isabela Figueiredo essa categoria pode ser interpretada de diferentes maneiras. Um *pot-pourri* de histórias que remetem a um tema permeado por desejos, mitos e tabus.

Uma delas alude à iniciação sexual da autora-narradora-personagem, a “descoberta do seu corpo e de alheios”, se utilizarmos as suas próprias palavras. A atração pelo primo, o acesso escondido a um manual de *kama sutra* dos pais, a primeira menstruação, a primeira masturbação, com uma amiga, a “gravidez” após tocar as mãos de um menino preto e os

relatos sobre a virilidade do pai, como o destacado na sequência, ilustram o despertar da autora-narradora-personagem em relação ao tema e a tentativa de interpretá-lo em paralelo com as mudanças no seu corpo pré-adolescente:

A certa altura da noite percebi que os meus pais fechavam a porta do quarto e a minha mãe parecia chorar. Houve uma noite em que me levantei, lhes bati à porta e disse, ‘para de fazer isso à mãe’. Não sabia o que faziam para que a minha mãe sofresse tanto, mas não queria que acontecesse, muito menos sob as mãos do meu pai, e percebia que o que quer que fosse, se era à porta fechada, não podia ser sadio (FIGUEIREDO, 2018, p. 37-38).

O sexo, todavia, também é apresentado por outro prisma em *Cadernos de memórias coloniais*. Ainda mais dolorosa que a condição do homem negro em Moçambique foi a da mulher, oriunda deste país, no período colonial português. Além do preconceito e da discriminação atrelados à cor, os corpos das mulheres moçambicanas estavam sujeitos a todo tipo de violências, especialmente, a sexual - uma prática recorrente nos processos colonizatórios de um modo geral. Com a anuência das esposas brancas dos colonos, que as viam como “animais”, “cadelas”, dentre outras denominações pejorativas, as mulheres negras eram violadas pelos portugueses. No excerto a seguir, a autora-narradora-personagem salienta o ponto de vista das mulheres brancas em relação às mulheres negras no recorte temporal destacado na obra:

As pretas tinham a cona larga, diziam as mulheres dos brancos [...]. Essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como animais. A cona era larga. A cona das brancas não, estreita por que as brancas não eram cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade [...]. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais (FIGUEIREDO, 2018, p. 34).

Cadernos de memórias coloniais atualiza o debate sobre o colonialismo português ao ampliar os pontos de vistas, por vezes, lacunares na literatura e na historiografia sobre o tema. Contribui para a reflexão (e consequentemente) revisão crítica de conceitos e pesquisas segmentadas, como o caso da memória. Um romance universal para a compreensão das relações de poder estabelecidas entre metrópole e colônia, seja de Portugal com os países africanos ou de qualquer outro país que estabeleça uma relação exploratória em um determinado território.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BHABAH, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Isabela. *Cadernos de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.

PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, 1999. Série traduções.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.